

RESENHA

AUROUX, S.; ORLANDI, E. P.; MAZIÈRE, F. (ORGS.) - *Langages*.
L'hyperlange brésilienne. Paris, Larousse, 130, junho de 1998.

Minha pátria é minha língua.
Fernando Pessoa

Jakobson, em antológico artigo intitulado *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*, mostrava que enunciar implica a seleção de certas unidades lingüísticas e sua combinação em unidades mais complexas. Saussure já intuía essas operações, ao explicar que as unidades lingüísticas se relacionam *in absentia* (o eixo paradigmático) e *in praesentia* (o eixo sintagmático). Essas duas operações ocorrem em todos os níveis da estruturação lingüística. Isso significa que um texto se organiza paradigmática e sintagmaticamente e a percepção dessas relações *in absentia* e *in praesentia* é que permite apreender o todo de sua significação.

Saiu, no segundo semestre do ano passado, o nº 130 da prestigiosa revista *Langages*, organizado por Sylvain Auroux, Eni Puccinelli Orlandi e Francine Mazière, dedicado ao estudo da hiperlíngua brasileira. Todos os textos foram escritos, integralmente ou em colaboração, por brasileiros, o que, em si mesmo, já seria motivo de grande júbilo, quando se diz que é preciso fazer um esforço cada vez maior para internacionalizar a produção brasileira da área de Letras e Lingüística. No entanto, há muito mais. Os textos são de excelente nível, o que significa uma grande contribuição para a compreensão da hiperlíngua brasileira. O conceito de hiperlíngua, proposto por Auroux, remete a um espaço de comunicação, o que implica, no caso brasileiro, como dizem Orlandi e Guimarães, “uma historicização singular, efeito da instauração de um espaço-tempo singular, diferente daquele de Portugal” (p. 19).

Os artigos formam um único texto no sentido que essa palavra tem nos estudos discursivos e textuais. Para mostrar isso, vejamos as relações paradigmáticas desse texto com outros e as relações sintagmáticas das partes que o constituem. Poder-se-ia dizer que um texto está em relação paradigmática com aqueles com que está em oposição. Logo na introdução explicita-se uma atitude, que se percebe ao longo de todo o texto. O discurso que se constrói está em oposição a um discurso universalista abstrato, que vê a história das ciências como uma coisa única, universal e

linear, cujo corolário é a afirmação de que há lugares e tempos cientificamente nulos, e que concebe a língua como “uma entidade abstrata, que existiria de maneira quase natural e evoluiria segundo uma temporalidade própria” (p. 3). As conseqüências dessa concepção de língua são que ela é vista fora de toda realidade material e, ao mesmo tempo, que a relação de uma língua com uma população e um território é tomada como evidente. O texto dos pesquisadores brasileiros, ao contrário, mostra a historicidade constitutiva de um espaço de comunicação. Esse espaço constitui-se a partir de eventos históricos próprios a uma determinada formação social, o que pressupõe ver a história da ciência em sua diversidade, bem como compreender que a criação de instrumentos lingüísticos (escrita, gramáticas, dicionários, etc.) num dado contexto produz as chamadas grandes línguas de cultura. É essa concepção histórica da formação do português brasileiro a novidade que aqui se apresenta. Durante muito tempo, considerou-se apenas a chamada história interna da língua, sem levar em conta a denominada história externa, considerada como algo contingente à língua, que não afetava o sistema. O texto sobre a hiperlíngua brasileira mostra o equívoco dessa concepção.

Do ponto de vista das relações sintagmáticas, observa-se uma grande coerência entre os diferentes trabalhos que constituem o texto que estamos resenhando. Não se trata apenas de uma coerência teórica, que é notável, mas também do fato de que cada um dos trabalhos aporta um dado novo para o conhecimento da hiperlíngua brasileira, fazendo que o leitor tenha uma visão de conjunto da historicidade constitutiva desse espaço de comunicação. Tradicionalmente, considera-se que a “nação” brasileira foi formada por portugueses, por índios, por africanos e por outros imigrantes. Cada um desses elementos ditos constitutivos da nacionalidade tinha sua língua e o texto vai examinar como se constitui a hiperlíngua brasileira no interior desse universo lingüístico. Os trabalhos de Eni Orlandi e Eduardo Guimarães, de José Horta Nunes e de Fernando Tarallo estudam, respectivamente, a constituição da gramática no Brasil, da lexicografia no Brasil e as primeiras distinções sintáticas do português brasileiro em relação ao padrão europeu. Os três trabalhos analisam a questão da língua e das ferramentas lingüísticas em relação ao português europeu. O trabalho de Luiz Carlos Borges e José Horta Nunes discute a questão da relação do português com a línguas indígenas, enfocando o problema da língua geral e da gramatização das línguas indígenas. O estudo de Bethania S. C. Mariani aborda a mesma questão, mas de outro ponto de vista, o das Academias e da política lingüística do Marquês de Pombal, que produzem um imaginário que se instaura como memória do Brasil, fabricada de uma perspectiva portuguesa. O trabalho de Emilio Bonvini e de Margarida Maria Taddoni

Petter estuda a intrincada questão da relação entre o português brasileiro e as línguas africanas. O estudo de Mariza Vieira da Silva analisa a relação entre escrita, oralidade e cidadania, mostrando que, no Brasil, os que não dominam a escrita foram excluídos da categoria de cidadãos. O trabalho de M. Onice Payer e Luiz Francisco Dias discute o problema da denominação da língua e do nacionalismo e sua relação com as políticas lingüísticas no que diz respeito às línguas faladas pelos imigrantes. O estudo de Claudia Castellanos Pfeiffer, ao abordar as polêmicas em torno da língua nacional, no fim do século XIX e início do XX, mostra um jogo entre universalização e diferenciação, que oscila do português europeu para as variantes lingüísticas brasileiras. Como se vê, embora não estejam esgotados os temas sobre a constituição da hiperlíngua no Brasil, o texto em análise abarca todos os problemas que merecem estudo dentro da perspectiva teórica adotada e traça, de maneira definitiva, um programa de estudo para todos os que se interessam pela historicidade concreta do português brasileiro.

Vejam agora mais detidamente cada um dos trabalhos enfeixados no volume. Eni Orlandi e Eduardo Guimarães estudam a emergência, no final do século XIX, das gramáticas escritas por brasileiros. Numa fina análise, mostram que o processo de gramatização brasileira do português cria um novo espaço de produção lingüística. A gramática no Brasil afasta-se da tradição gramatical portuguesa, marcando o espaço da diferença em relação à língua falada em Portugal, sem, contudo, pôr em questão sua unidade. Nota-se isso, principalmente, no deslocamento operado no título da gramática de Pacheco Silva e Lameira de Andrade, em que o epíteto “português” qualifica não a gramática, mas a língua, o que abre espaço para a determinação “do Brasil”. Os dois pontos centrais da gramatização brasileira são o argumento da “novidade” contra a tradição e a afirmação da unidade lingüística com Portugal. Esses aspectos não são, como pode parecer à primeira vista, contraditórios, mas são meios de evidenciar uma função-autor brasileiro da gramática, que distingue a gramatização brasileira da de Portugal. O estudo termina, mostrando que “pela sua historicização num outro território, o Brasil, o processo de constituição da língua portuguesa refere-se não a um modelo exterior a seu campo de validade, mas a seu uso real num novo espaço-tempo de práticas languageiras” (p. 19). Isso abre espaço para a criação de um modelo teórico para o estudo da gramatização num país colonizado. Deve ela ser analisada segundo um duplo eixo: o da universalização e o dos deslocamentos. Esse último aspecto comprova que os trabalhos enfeixados neste volume traçam um programa para o estudo da constituição do português brasileiro, mas também propõem uma maneira original para trabalhar a gramatização nos pa-

íses que passaram pela experiência da colonização. No fim do estudo, Eduardo Guimarães estabelece uma cronologia dos fatos mais importantes para o estudo das idéias lingüísticas no Brasil e da questão da língua nacional.

José Horta Nunes vai examinar um outro aspecto do processo de gramatização brasileira, a lexicografia. Analisa as regularidades enunciativas do discurso lexicográfico desde as narrativas dos viajantes até os dicionários monolíngües do século XIX, ou seja, desde os trabalhos que se ocupam da relação entre o nome e as coisas no espaço brasileiro até os que estabelecem um domínio definicional para a língua portuguesa. Termina por mostrar que, no fim do século XIX, as realizações lexicográficas conseguiram consolidar uma língua nacional brasileira, exercendo um papel importante nesse processo de consolidação os dicionários de brasilianismos. Até hoje, no entanto, esses termos são inseridos e marcados dessa maneira nos dicionários de língua portuguesa, o que produz um efeito de exterioridade no interior da língua nacional, o português do Brasil. Ao mesmo tempo, o discurso lexicográfico produz formas enunciativas para apresentar o léxico as quais “constituem espaços contraditórios que são, freqüentemente, espaços de confrontações nas formações sociais” (p. 40).

Fernando Tarallo procura, estudando quatro mudanças sintáticas importantes, estabelecer as bases lingüísticas em torno das quais situar as discussões do início do século que tentavam esboçar uma gramática brasileira, que, já no final do século XIX, mostrava nítidas distinções em relação à gramática portuguesa. Dessa forma, deixa de lado os argumentos fundados no sentimento nacional, para dedicar-se ao exame minucioso dos dados lingüísticos, que mostram que a variedade do português falado no Brasil desenvolveu traços próprios, que autorizam a falar de uma gramática brasileira.

Luiz Carlos Borges e José Horta Nunes estudam a exo-gramatização das línguas indígenas. A produção de ferramentas lingüísticas, nesse caso, “foi feita a partir da tradição gramatical ocidental, segundo interesses exteriores à comunidade que fala a língua: conquista, catequese, formação de um símbolo nacional, integração do índio, civilização, conhecimento das línguas do mundo” (p. 52). Analisam-se: a gramatização do tupi; a formação da língua geral; as posições do romantismo nacionalista, que faz do índio o símbolo da nacionalidade, o que leva a buscar as origens do tupi antigo, concebido como ideal de língua dos ancestrais brasileiros; os pontos de vista do naturalismo cosmopolita, que busca descrever a diversidade concreta das línguas do mundo, considerando-as como espécies naturais a classificar. Todos esses elementos mostram a dificuldade de levar em conta a pluralidade das línguas em suas variadas formas de manifesta-

ção (o multilingüismo, a dialeção, as diferenças formais, a formação de novos espaços lingüísticos). Políticas lingüísticas e teorias a elas associadas têm reduzido a alteridade lingüística a uma identidade ideal.

Emilio Bonvini e Margarida Maria Taddoni Petter, depois de historiar o debate sobre a origem do português brasileiro, que opõe, de um lado, os que dizem haver uma influência africana no português brasileiro e os que estabelecem a hipótese de uma criouliização que teria ocorrido no passado e deixado traços no presente a, de outro, os que consideram que o português brasileiro é resultado da deriva secular do português europeu, ultrapassam o antagonismo desse debate, postulando que é preciso voltar-se para os dados históricos da presença das línguas africanas no Brasil, o que reorientaria a discussão do tema, focalizando mais as línguas africanas e não seu eventual impacto no português falado no Brasil. Analisam, em toda a sua complexidade, os dados históricos relativos às línguas africanas faladas no Brasil, que fazem aparecer uma evolução de seu estatuto lingüístico: de língua utilizada plenamente passa-se, sucessivamente, à existência de uma língua veicular africana, à situação de plurilingüismo e, enfim, a um estado de especialização de um número limitado de línguas, que, em virtude de uma refuncionalização, são tomadas como línguas de resistência cultural afro-negra. Em seguida, os autores traçam um programa de estudos para examinar a questão da relação entre o português e as línguas africanas, seja no domínio do léxico, seja no âmbito da fonologia e da gramática. É uma perspectiva metodológica completamente nova para o exame do problema, pois deixa de lado o simplismo da posição que se funda sobre a análise da influência das línguas africanas no português do Brasil, para propor o estudo de uma complexa rede de relações que se estabelece entre esse conjunto de línguas.

Bethania S. C. Mariani, em arguta análise, mostra que as academias literárias, no século XVIII, “estabelecem significações determinadas para tudo o que diz respeito ao Brasil” (p. 95) e que o decreto de Pombal, que obrigava a usar o português, institucionaliza “a língua na qual essas significações podem ser ditas e escritas” (p. 95). Esses acontecimentos são fatores essenciais para a criação de uma memória do Brasil, produzida a partir de uma perspectiva portuguesa, que procura apagar as diferenças lingüísticas existentes no Brasil. A autora mostra, em seguida, que a esse processo se opõe um outro, que é um processo de resistência, que trabalha sobre as significações produzidas pelos brasileiros, fazendo reaparecer o português brasileiro. A reflexão feita por Mariani tem um alcance teórico amplo, pois mostra que os processos de normalização e de homogeneização lingüísticas destinam-se, na verdade, a constituir “a história, com o sentido dado no interior da língua portuguesa e, por esse caminho, contribuir

para a formação de uma memória do Brasil, memória única, a memória oficial” (p. 95). Analisa-se o que poderíamos chamar o processo de definitização no apagamento de heterogeneidade.

Mariza Vieira da Silva estuda a dimensão histórica da alfabetização, analisando a referência “analfabeto” produzida no século XIX em relação à imagem fundadora dessa referência, a metáfora do “papel em branco”, que data do século XVI. A imagem do ser do Novo Mundo como “papel em branco” mostra que, inicialmente, no Brasil, a escolarização tinha a função explícita de cristianizar e de civilizar. Já com a República, a escrita adquire um valor jurídico, pois os indivíduos são, em função de seu domínio, excluídos ou não da cidadania. Assim, a escrita é vista como objeto histórico e simbólico, pois “as letras, as sílabas e as palavras, no processo de alfabetização, como unidades historicamente construídas, constituem lugares de produção de significação”, em que se “aloja um processo institucional apto a reposicionar a dispersão do sujeito” (p. 101).

Claudia Castellanos Pfeiffer estuda as polêmicas em torno da língua nacional ocorridas entre a metade do século XIX e o início dos anos 20 deste século. Para isso, estabelece quatro eixos enunciativos (1. a(s) língua(s) que circula(m) no Brasil e a língua que circula em Portugal; 2. posição enunciativa do sujeito português que fala sobre a língua do Brasil; 3. posição de sujeito *O Brasileiro*, que reivindica a língua portuguesa como sua língua; 4. direção política dos sentidos que se organizam em torno de uma base referencial interna: este país produz língua portuguesa em vários “Brasis” diferentes), “que se encontram numa relação de tensão, estabilizando e desequilibrando sentidos de maneira a produzir, na ambigüidade, no deslizamento, uma unidade lingüística brasileira. Esses eixos estão num movimento circular de universalização e de historicidade com o jogo de sentidos e de identificação entre a língua de origem de tudo (universalização) e a particularização (diferenciação) dessa língua, a partir de sua historicidade, num espaço territorial e histórico específico” (p. 111). Daí se conclui que, “se todo projeto de organização social busca uma unidade lingüística, todo processo de legitimação de uma língua supõe um apagamento de outras línguas que funcionam na sociedade” (p. 111). Isso, como mostra a autora, sempre ocorreu no Brasil.

M. Onice Payer e Luiz Francisco Dias vão estudar o problema das línguas e da nacionalidade no Brasil nos anos 30 e 40 deste século. Num período de fastígio das ideologias nacionalistas, “a necessidade de uma representação imaginária da homogeneidade da nação foi formulada de maneira a articular a produção de vários sentidos de nacionalismo com a produção de técnicas próprias para gerir o real, aí compreendidas as práticas da língua” (p. 122). Se a alteridade leva sempre ao estabelecimento

de fronteiras, a forte presença de imigrantes no Brasil levou à criação de, além de uma alteridade externa, de uma alteridade interna. Vemos aí as origens da idéia de inimigo interno produzida pelo discurso do golpe militar de 1964. É essa alteridade interna que leva à constituição de políticas lingüísticas que determinam a proibição do ensino primário em línguas das comunidades de imigrantes, etc.

Como se percebe ao longo desta resenha, o texto do nº 130 da revista *Langages* tem um alcance teórico e metodológico muito grande, pois estabelece um programa de trabalho para o estudo da historicidade constitutiva da língua nacional, cria novos conceitos para essa análise, desenvolve um paradigma para o exame da questão do português falado no Brasil. Cabe ainda destacar que o texto é quase integralmente fruto do trabalho do grupo organizado e dirigido por Eni Orlandi, que se dedica à Análise do Discurso e ao estudo das idéias lingüísticas no Brasil. É um grupo que se torna cada vez mais sólido e produtivo, com importantes contribuições aos estudos discursivos no Brasil.

José Luiz Fiorin (USP)